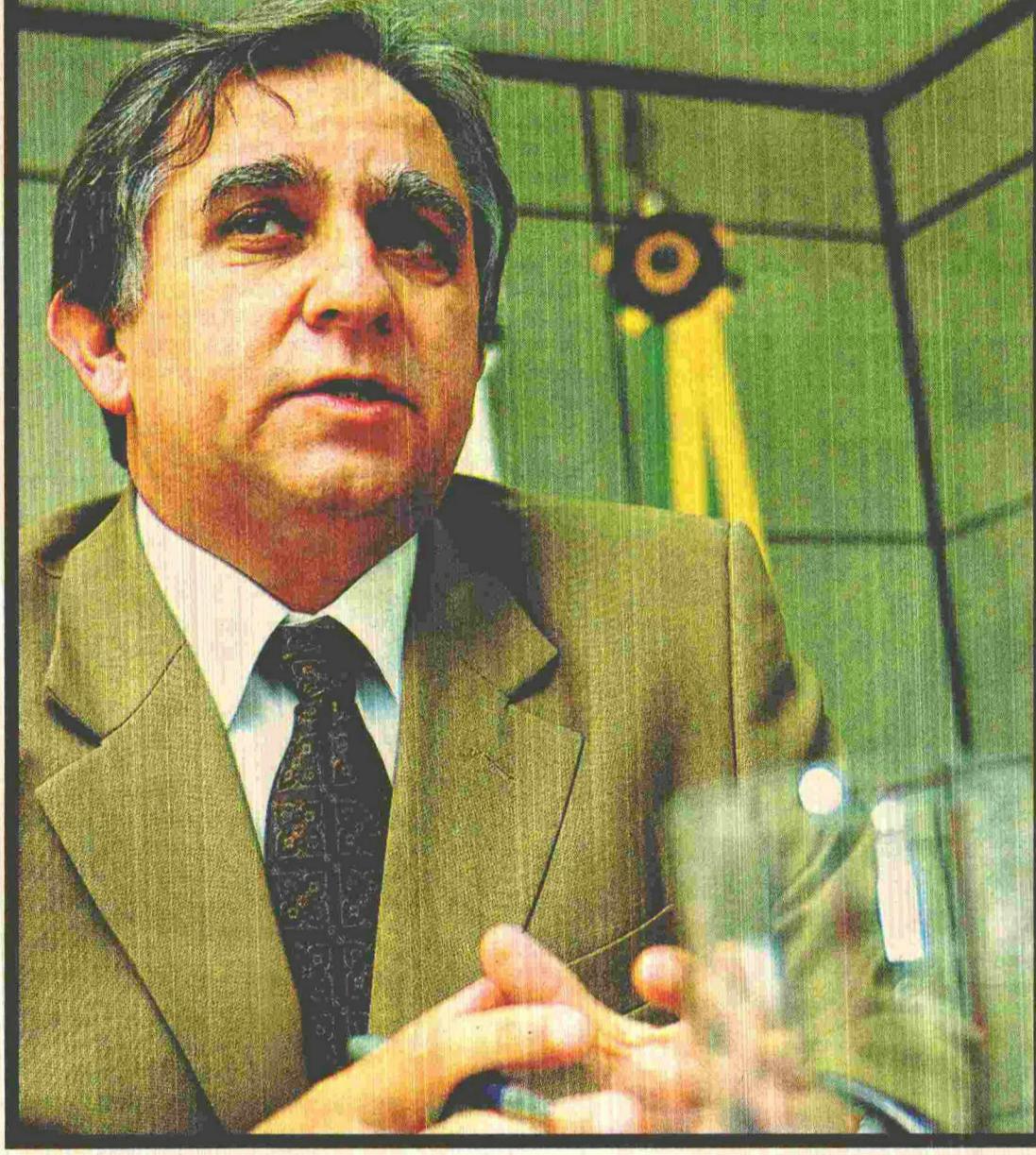


INVESTIGAÇÃO

Algumas das empresas que financiaram a campanha de Izalci Lucas à Câmara dos Deputados receberam milhões de reais do DF Digital. Atualmente, Lucas está à frente da secretaria que cuida do programa

Doadoras são beneficiadas

Leonardo Carvalho/Esp. CB/DA Press



SECRETÁRIO IZALCI LUCAS: "NÓS NÃO TIVEMOS PARTICIPAÇÃO ALGUMA NA CONTRATAÇÃO DAS EMPRESAS"

SAMANTA SALLUM

DA EQUIPE DO CORREIO

Entre as empresas que mais receberam recursos do Programa DF Digital, estão doadoras da campanha do secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas. Milhões de reais dos cofres públicos foram pagos a elas sem que precisassem se submeter a licitação pública. Foram beneficiadas por uma cadeia de subcontratações irregulares para fornecer equipamentos de informática e software a 46 telecentros. Neles, o governo local oferece cursos gratuitos para capacitação profissional. As aulas fazem parte do programa custeado pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP-DF), que é subordinada à pasta de Izalci.

A empresa da área de tecnologia Patamar Manutenção de Domínios fez uma doação de R\$ 50 mil à campanha eleitoral de Izalci Lucas para deputado federal, como consta na prestação de contas dele. José Manuel de Magalhães Álvares Sanches, sócio da NT-Tecnologia, aparece como doador de R\$ 15 mil. A empresa Sapiens, que doou R\$ 150 mil, tem entre os sócios o irmão de um dos donos da Patamar. Esta recebeu pelo menos R\$ 2 milhões do DF Digital. E a NT-Tecnologia ganhou R\$ 250 mil, conforme o registro de pagamentos do programa. O maior doador de Izalci foi ele próprio. A campanha custou R\$ 1,1 milhão e R\$ 778 mil saíram da conta bancária do secretário.

denunciou a ilegalidade da subcontratação da Fepad pela UnB. A irregularidade aparece no convênio que Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF assinou com a universidade para executar o DF Digital. Cerca de R\$ 17 milhões circularam pela UnB e pela Fepad, burlando a licitação pública e as regras de seleção de pessoal (leia Entenda o caso), como revelou reportagem publicada ontem pelo Correio.

Sem interferência

O secretário Izalci Lucas afirma que não teve interferência alguma na escolha das empresas que prestaram serviço ao DF Digital.

"Não aceito que façam essa ligação. Nós não tivemos participação alguma na contratação das empresas. Nossa parte foi assinar um convênio com a UnB. Se a universidade fez uma subcontratação indevida, a responsabilidade não é nossa. E, pelo que sei, essas empresas já prestaram serviço para o governo", explica. Ele avalia como "natural" o fato de empresas da área de tecnologia apoiarem campanhas de políticos envolvidos com o setor. "Não é novidade que atuo na área. O fato de elas prestarem serviço para nós não é grande surpresa, porque são essas empresas que estão no mercado", completa.

Izalci confirma as doações: "Não é todo político que pode afirmar que tem a prestação de contas como eu. Tudo declarado e nenhum caixa 2. Não tenho o que esconder".

Há 20 dias, foi encerrado o contrato entre a UnB e o governo local para a execução do DF Digital, que instalou 46 telecentros para oferecer cursos gratuitos de capacitação profissional em informática, dentro da meta de inclusão digital. A gestão pro tempore da universidade afirmou que não havia justificativa para prorrogar o contrato, já que não existia participação acadêmica alguma no projeto.

Os gastos do Programa DF Digital tornaram-se alvo de apuração porque os recursos públicos foram parar na Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração e Desenvolvimento (Fepad), ligada à Universidade de Brasília (UnB). A entidade está sob investigação do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e teve até documentos apreendidos. Os dados embasaram a apuração. A UnB serviu de livre corredor para a passagem de milhões de reais dos cofres públicos em direção às empresas de tecnologia, entre elas doadoras da campanha do secretário Izalci.

O Ministério Público de Contas

Contratação irregular

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal começou a investigar as contas das fundações de apoio à Universidade de Brasília (UnB) depois de uma série de denúncias sobre mau uso de verbas públicas. A subcontratação da Fepad para a implementação do programa idealizado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia foi considerada ilegal. Em documento, a procuradora-geral Claudia Fernanda de Oliveira apontou que não há qualquer cláusula no contrato que permita a subcontratação para a execução do projeto. "O correto seria a imediata rescisão do ajuste, abstendo-se a FAP/DF a repassar recursos, diante da burla evidenciada ao princípio licitatório, à legalidade e à moralidade administrativas", destaca. Ela recomendou que cessassem os pagamentos da FAP para a Fepad e pede a instauração de processo administrativo.

Aulas interrompidas

O fim do contrato entre a universidade e a FAP provocou a interrupção temporária do DF Digital, deixando milhares de alunos sem aula. Os monitores não estavam recebendo salários e havia dívidas com as fornecedoras. As duas partes se manifestaram.

A FAP disse que tinha repassado o dinheiro à UnB, que, por sua vez, teria transferido à Fepad. Esta, sob intervenção, ficou proibida de repassar recursos. A universidade alega ter avisado com antecedência que não iria permanecer no projeto.

A direção da UnB e o Ministério Público de Contas também apontam suspeita de irregularidade na contratação de funcionários para o DF Digital. A UnB deveria selecionar as 158 pessoas envolvidas no projeto. Mas a universidade afirma que já recebeu, diretamente da FAP, os nomes de quem entra na lista de pagamentos. "Cobia à universidade apenas pagar", disse o vice-reitor temporário da universidade, José Carlos Balthazar. A folha mensal chega a R\$ 400 mil. Segundo Izalci, a contratação era, sim, responsabilidade da UnB, e padres encaminhavam indicações porque os telecentros funcionam em igrejas. (SS)

ENTENDA O CASO

Passagem de dinheiro

Cerca de R\$ 17 milhões saíram do GDF no último ano e foram usados para pagar empresas e pessoas sem passar por licitação pública. Por meio de convênio firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP) e a UnB, a Secretaria de Ciência e Tecnologia enviou à universidade verbas para a implementação do Programa DF Digital (cursos gratuitos de capacitação profissional em informática) e de outros projetos.

Em junho de 2007, a FAP contratou a UnB para executar projetos de ciência e tecnologia, especialmente para a instalação de 46 telecentros, locais onde as aulas eram ministradas. O valor do contrato era de R\$ 19 milhões com vigência de um ano.

A UnB deveria selecionar e treinar monitores, além de providenciar equipamentos. Não foi isso o que ocorreu. A instituição de ensino afirmou ter recebido, diretamente da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a lista com os 158 nomes que constariam na folha de pagamento mensal sob sua responsabilidade.

A universidade subcontratou a Fundação de Estudos e

Pesquisas em Administração e Desenvolvimento (Fepad), uma de suas fundações de apoio, para gerir o programa. Não houve participação acadêmica no projeto. O Ministério Público de Contas do DF apontou ilegalidade na subcontratação.

Por fim, a Fepad terceirizou o serviço contratando empresas fornecedoras de softwares e de equipamentos, como computadores, para o projeto DF Digital. Entre elas, a Adler e a Patamar, esta uma das maiores doadoras da campanha de Izalci Lucas, atual secretário de Ciência e Tecnologia do DF, à Câmara dos Deputados.

Intervenção

Os gastos do Programa DF Digital tornaram-se alvo de apuração porque os recursos públicos foram parar na Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração e Desenvolvimento (Fepad), ligada à Universidade de Brasília (UnB). A entidade está sob investigação do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e teve até documentos apreendidos. Os dados embasaram a apuração. A UnB serviu de livre corredor para a passagem de milhões de reais dos cofres públicos em direção às empresas de tecnologia, entre elas doadoras da campanha do secretário Izalci.

O Ministério Público de Contas

José Varella/CB/DA Press - 23/6/08



SEDE DA FEPAD, FUNDAÇÃO PARA A QUAL A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA TERCEIRIZOU ALGUNS SERVIÇOS DO CONTRATO DO DF DIGITAL: O MINISTÉRIO PÚBLICO FLAGROU IRREGULARIDADES E SUGERIU A RESCISÃO DO CONVÉNIO